



Gastos Públicos: cortar para crescer.

Um novo arranjo para romper o imobilismo

Introdução

A evolução das contas e indicadores fiscais do Governo Federal tem-se tornado cada vez mais fonte de preocupação, não apenas por algumas evidentes distorções, como pelas maiores restrições ao crescimento econômico que o País poderá enfrentar, a permanecer o atual padrão de gastos e da carga tributária.

Dentre as mencionadas distorções, está o forte avanço das despesas públicas, acompanhado da escalada da carga tributária, uma das mais altas do mundo e em vigoroso crescimento desde 1995 (para uma discussão mais detalhada, ver o apêndice I). A proporção da receita fiscal não pode ser considerada alta ou baixa sem se analisar o que promove para o bem-estar da sociedade. Não obstante ser muito elevada, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País é baixo. Ou seja, a população brasileira tem qualidade de vida similar à de economias atrasadas, mas paga impostos tal como os habitantes de uma nação desenvolvida (ver o apêndice II).

O governo brasileiro cobra da sociedade preços de primeiro mundo para oferecer serviços de terceiro mundo.

O presente texto apresenta uma síntese da evolução das contas do Governo Federal de 1995 a 2004. Em seguida, faz projeção das contas da União para 2015, supondo a continuidade da atual tendência de despesa e receita, com avaliação do impacto sobre a relação Dívida / PIB, carga tributária e crescimento econômico, dentre outros indicadores. Ao final, apresenta projeção baseada em proposta da FIESP de controle das contas públicas e os respectivos resultados alcançados.

1. Análise do Passado Fiscal Recente do Brasil

O fato marcante que caracterizou o período 1995/2004 e pode ser observado no gráfico 1, sobretudo a partir de 1998, foi a crescente elevação da carga tributária e das despesas como proporção do PIB¹. Diante de um regime de metas de superávits primários acordadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Governo Federal buscou a acomodação do crescimento das despesas por meio da ampliação da carga tributária.

Por sua vez, a relação Dívida Líquida do Setor Público / PIB registrou crescimento em quase todo o período analisado, consequência direta dos elevados déficits operacionais provocados pelo pagamento de juros da dívida pública. Esta, como proporção do PIB,

¹ Para fins de análise, todos os dados nominais das contas foram convertidos para preços de 2004, com base no deflator implícito do PIB, ou seja, as variações comentadas são reais.



passou de 30,5%, em 1995, para 51,8%, em 2004 (para uma comparação internacional desse indicador, ver o apêndice III).

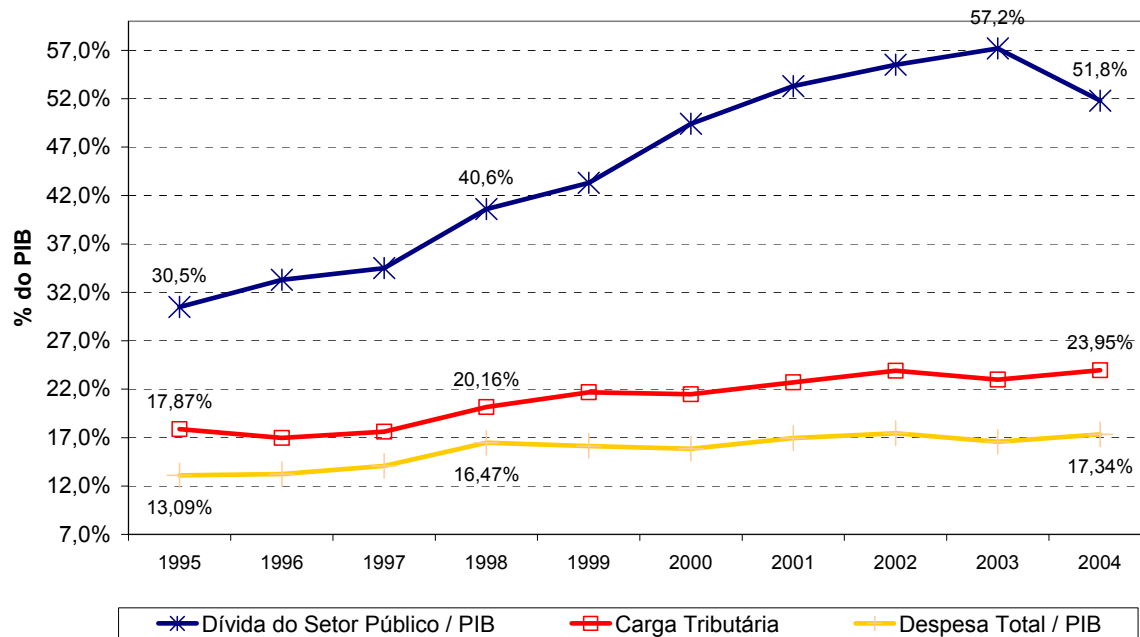
O crescimento acumulado das receitas públicas de 1995 a 2004 foi de 63,5%, o que significa taxa média anual de 5,6%. No mesmo período, a expansão média anual do PIB foi de 2,2%, ou seja, inferior à metade do aumento da arrecadação,. Isto implicou a elevação da carga tributária do Governo Federal.

O forte aumento real da receita foi acompanhado, no mesmo período, de crescimento da despesa da União, cujo índice acumulado no período foi de 61,5%, ou seja, média anual de 5,5%. Enfim, o Governo Federal promoveu acentuada elevação da dívida pública, da carga tributária e dos gastos.

No mundo globalizado e competitivo, se o Brasil fosse uma empresa, com a qualidade e a eficiência de sua gestão, já teria quebrado faz tempo.

No período analisado, a taxa de investimento do Governo Federal permaneceu em níveis reduzidos e incompatíveis com índices mais elevados de crescimento. O investimento é importante porque significa, por um lado, um gasto adicional na economia que gerará renda e consumo. Por outro lado, suscita a ampliação da capacidade produtiva para atender a este aumento de renda e consumo e novos investimentos, fechando o ciclo de uma espiral virtuosa (ver apêndice IV).

Gráfico 1 – Evolução de Indicadores Fiscais do Governo Federal: 1995 a 2004





Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração própria (FIESP).



2. Simulações Gerais

Hipóteses Gerais

- (a) A primeira hipótese é a de que a redução na relação Dívida / PIB possibilita um aumento do saldo de empréstimos do sistema financeiro ao setor privado e, por consequência, a expansão dos investimentos. Em 2004, por exemplo, a relação Dívida/PIB foi de 51,8% e o saldo de empréstimos ao setor privado como proporção do PIB foi de 26,3%. À medida que a Dívida/PIB caia, o sistema financeiro realoca os recursos destinados ao financiamento do setor público para a iniciativa privada, expandindo as operações de crédito.
- (b) Os investimentos privados crescem como consequência do aumento dos empréstimos ao setor privado. Por hipótese, considera-se que 22,4% do aumento dos empréstimos ao setor privado sejam destinados ao investimento privado. Este valor é resultado da participação da taxa de investimento privado no total da demanda agregada privada nas Contas Nacionais de 2003 (IBGE).
- (c) Adota-se aqui um modelo em que o crescimento econômico é determinado pela taxa de investimento (investimento público mais privado como proporção do PIB), supondo, para tanto, uma relação Capital / Produto de 2,8 e taxa de depreciação do capital físico de 4% ao ano². Este modelo permite apurar o crescimento do “PIB potencial” que a economia poderia alcançar com base na ampliação da capacidade de capital instalada decorrente dos investimentos³. Portanto, com exceção do ano de 2005, no modelo adotado, o crescimento do “PIB potencial” é determinado pelos investimentos públicos e privados. Para o ano de 2005, adota-se a taxa de crescimento econômico prevista pelo IPEA no Boletim de Conjuntura de Março/05 (3,5%).
- (d) A última hipótese diz respeito à evolução da taxa básica de juros reais (Selic descontada da inflação). Para 2005, assume-se uma taxa básica de juros reais de 12,5% ao ano; em 2006, a taxa cai para 10% e, a partir de então, a cada 5 pontos percentuais de redução da relação Dívida / PIB a taxa de juros cai 1 ponto percentual. Este padrão de queda dos juros é uma hipótese extremamente conservadora. Por sua vez, os gastos com pagamento de juros são determinados pelo estoque da dívida e pela taxa de juros Selic.

2.1. Simulação do Passado Recente do Brasil para 2015

Visto o comportamento de alguns indicadores fiscais do Governo Federal nos últimos nove anos, surge a pergunta: quais seriam os resultados alcançados no caso de a União manter o atual padrão de evolução das contas públicas para os próximos dez anos? O presente tópico trata dessa projeção.

² Para uma exposição detalhada desse tipo de modelo, ver: Giambiagi, F. “Restrições ao Crescimento da Economia Brasileira: Uma Visão de Longo Prazo”, Revista do BNDES (Junho de 2002).

³ Na prática, é possível observar crescimento econômico superior à taxa de crescimento do “PIB potencial” pelo fato de existir capacidade ociosa.



Hipóteses Específicas

Adota-se a hipótese de que a taxa média de expansão anual da despesa real da União observada no período de 1999 a 2004 mantenha-se em 4,1%. A receita real, também por hipótese, aumenta à mesma taxa do crescimento econômico, de modo que a carga tributária permanece constante, ou seja, considera-se a impossibilidade de novos aumentos da carga tributária. Esta hipótese foi adotada porque a sociedade brasileira, por instinto de preservação, já disse basta a qualquer nova tentativa de fazer crescer o volume de impostos.

Resultados da Projeção

A tabela abaixo apresenta o resumo dos principais resultados da projeção para os anos selecionados (2004, 2005, 2010 e 2015).

Uma vez que as receitas crescem à mesma taxa do PIB, a carga tributária não se altera. O superávit primário (diferença entre receita e despesa, excluindo o pagamento de juros) do Governo Federal declina dos atuais R\$ 52,3 bilhões para R\$ 40,7 bilhões, resultado explicado pelo elevado crescimento das despesas (4,1% ao ano). Dado que o governo não gera superávit operacional (diferença positiva entre receita e despesa, incluindo o pagamento de juros), o montante da dívida pública permanece crescendo.

Até 2015, a relação Dívida / PIB apresenta queda de 7 pontos percentuais, o que permite que os empréstimos do sistema financeiro ao setor privado se elevem em igual percentual. Por consequência, verifica-se ligeiro aumento dos investimentos privados, de 16,8% do PIB, em 2005, para 17,4%, em 2015. A elevação da taxa de investimento provoca a pequena alta da taxa de crescimento econômico, como mostra o gráfico 2.

O reduzido declínio da relação Dívida / PIB não permite redução da taxa básica de juros reais para um patamar inferior a 10% ao ano. A elevada taxa de juros acaba sendo um fator adicional para a manutenção do déficit operacional em níveis bastante elevados.

A trajetória dos indicadores fiscais permite concluir: o Governo Federal não obterá significativa redução da Dívida / PIB; a carga tributária permanecerá elevada; e as despesas passarão de 17,3%, em 2005, para 19,3%, em 2015.

Além disso, pode-se, também, constatar que os investimentos públicos do Governo Federal permanecerão em níveis bastante reduzidos (0,6% do PIB), o que implica crescimento econômico menor do que o possível no caso de a União aumentar sua capacidade de investimento. Sem que haja investimentos públicos em infra-estrutura, mesmo que exista a disponibilidade de recursos financeiros do setor privado, o crescimento econômico corre o risco de ser interrompido, pois existem setores (geração de energia elétrica, por exemplo) em que somente o setor público investe.

O declínio da taxa de juros reais a ser observado com a redução do endividamento público também beneficiará as exportações. É inegável que os juros elevados contribuem para manter a taxa de câmbio valorizada, prejudicando as vendas externas. No apêndice VI, são apresentadas algumas simulações acerca do efeito dos juros no câmbio e nas exportações para o período 2005 a 2015.

A manutenção da atual dinâmica de aumento dos gastos públicos é incompatível com a elevação do crescimento econômico. Em outras palavras, se deixarmos as despesas se expandirem, mesmo com o controle da receita do governo, estaremos obtendo expansão econômica muito abaixo do necessário.

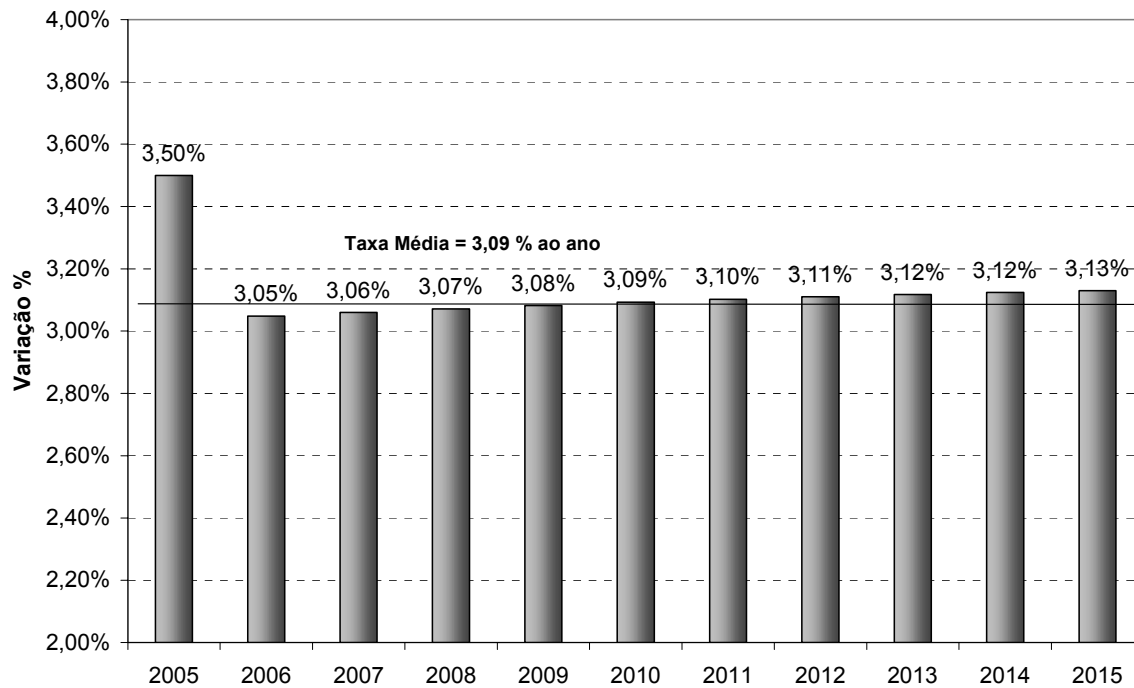
Projeção – Resultado Primário do Governo Central, Dívida/PIB e Carga Tributária

<i>Em R\$ Milhões</i>	2004	2005	2010	2015	Média (2005 a 2015)
RECEITA TOTAL	423.688,0	438.517,1	520.820,8	618.571,7	R\$ 523.908
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	67.557,4	69.921,9	83.045,3	98.631,8	R\$ 83.538
RECEITA LÍQUIDA TOTAL	356.130,6	368.595,2	437.775,5	519.939,9	R\$ 440.370
DESPESA TOTAL	306.742,6	319.438,8	391.251,1	479.207,3	R\$ 394.477
RESULTADO PRIMÁRIO	52.385,1	49.156,4	46.524,4	40.732,6	R\$ 45.894
JUROS REAIS	43.037,0	75.826,9	60.661,5	60.661,5	R\$ 62.040
RESULTADO OPERACIONAL	9.348,1	-26.670,5	-14.137,2	-19.928,9	-R\$ 16.146
Dívida Líquida Total do Setor Público	916.446,6	943.117,2	1.007.475,4	1.094.057,4	R\$ 1.011.895
Dívida do Setor Público / PIB	51,8%	51,5%	47,3%	44,1%	47,49%
Empréstimos ao Setor Privado	465.803	487.511	656.722	846.157	R\$ 660.794
Empréstimos ao Setor Privado / PIB	26,3%	26,6%	30,8%	34,1%	30,6%
Investimento do Setor Privado	297.191	312.455	368.930	432.710	R\$ 370.590
Investimento do Setor Privado / PIB	16,8%	17,1%	17,3%	17,4%	17,3%
Investimento Público Federal	10.557,7	10.927,2	12.780,5	14.900,2	R\$ 12.817
Investimento Público Federal / PIB	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
Carga Tributária	23,95%	23,95%	23,95%	23,95%	24,0%
Despesa Total / PIB	17,34%	17,44%	18,37%	19,30%	18,4%
PIB	1.769.202,0	1.831.124,1	2.130.080,0	2.483.365,8	R\$ 2.140.947
PIB <i>per capita</i>	9.743,05	9.941,81	10.821,70	11.912,45	R\$ 10.864
Taxa de crescimento do PIB <i>per capita</i>	3,7%	2,0%	1,8%	2,0%	1,8%
POPULAÇÃO *	181.586.030	184.184.264	196.834.086	208.468.035	

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Banco Central e IBGE para dados de 2004. Projeções da FIESP.

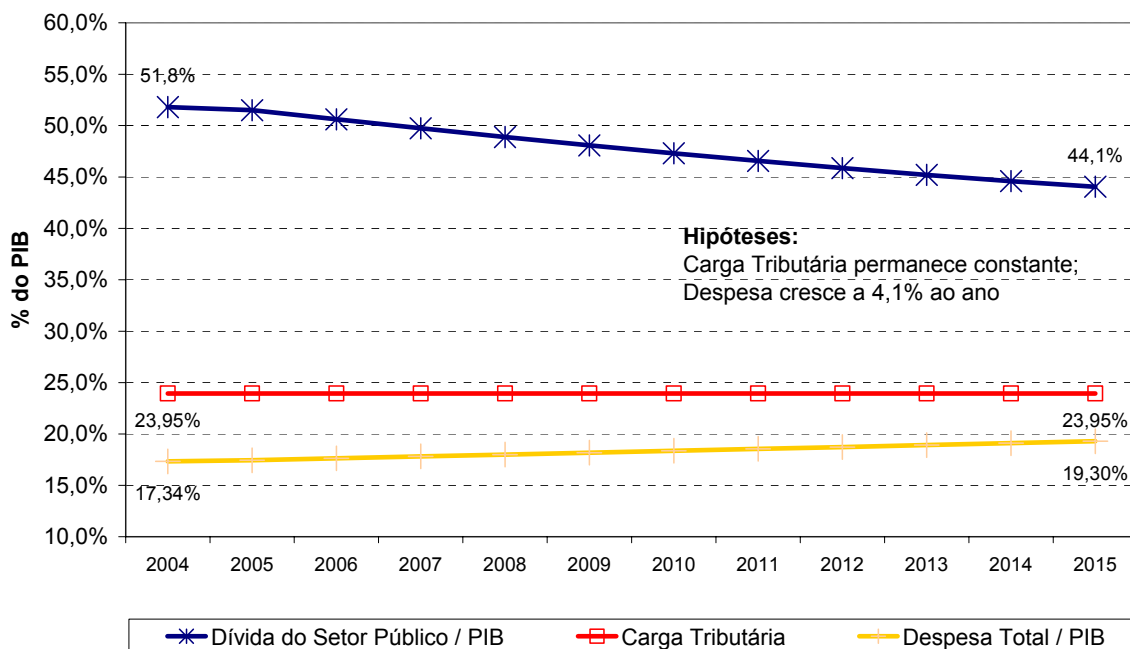
* População projetada pelo IBGE.

Gráfico 2 – Projeção do Crescimento do Produto Interno Bruto: 2005 a 2015



Elaboração própria (FIESP); previsão de 2005 (IPEA).

Gráfico 3 – Relação Dívida/PIB, Carga Tributária e Despesa/PIB



Elaboração própria (FIESP); dados de 2004 (Secretaria do Tesouro Nacional)

2.2. Simulação da Proposta da FIESP

Diante da necessidade de se reduzir a relação Dívida / PIB e, ao mesmo tempo, ampliar os investimentos públicos, qual caminho seguir? A opção pelo aumento da carga tributária parece ter-se esgotado. A necessidade de se reduzir as despesas públicas torna-se inadiável.

O corte dos gastos, além de contribuir de forma direta para com os resultados do Governo Federal e para o aumento do investimento público, força a necessidade de se obterem ganhos de eficiência no setor público. Ao longo da década de 90, o setor privado promoveu forte ajuste em busca de maior eficiência, o que propiciou resultados positivos em um ambiente mais competitivo (ver apêndice VIII).

A administração pública brasileira deveria, já faz muito tempo, melhorar sua produtividade e reduzir seu nível de desperdício.

Por outro lado, sabe-se que as despesas necessárias ao aumento do desenvolvimento humano e voltadas à população de baixa renda devem ser preservadas. Portanto, não se propõe aqui reduzir serviços públicos visando à redução de despesas, mas sim de elevar a produtividade dos recursos empregados e, com isto, obter economias; ou seja, o setor público deve ser induzido a produzir mais, utilizando menos. A redução de despesa seria, então, consequência do aumento da produtividade.



Nesse sentido, o estabelecimento de metas claras de redução de despesa seria um poderoso incentivo para a obtenção de ganhos de produtividade. Tem de haver o estabelecimento de metas claras e responsabilidade no seu cumprimento (com prestação de contas) para que a redução de despesas seja provável.

Conclui-se que o fator que pode desencadear todo o almejado processo de diminuição da dívida pública e da carga tributária, bem como o aumento dos investimentos e maior crescimento econômico, é o corte de despesas. Na década de 90, alguns países que optaram pela redução dos gastos públicos lograram êxito com resultados positivos para a economia (ver o apêndice V, para uma exposição dos casos dos Estados Unidos, Finlândia e da Irlanda).

Proposta da FIESP

A proposta da FIESP de maior rigor no controle das contas do Governo Federal é constituída de três pontos:

- **Redução do total da despesa real em 2% ao ano durante seis exercícios consecutivos (2006 a 2011), seguida da manutenção do total da despesa real por quatro anos (2012 a 2015).**
- **Limite de crescimento para o total da receita real de 50% da taxa de crescimento do PIB, limitado ao máximo de 2,75% ao ano.**
- **Uma vez atingido superávit operacional real positivo, lembrando que este é a diferença entre receita e despesa levando-se em conta o pagamento de juros reais, destina-se 90% desse resultado para investimento no ano seguinte.**

Como pode ser observado, esta proposta é muito ousada pelo rigor que implicará na utilização dos recursos públicos.

A galeria dos culpados pelo insucesso brasileiro das últimas três décadas já está lotada. Seria hora de começar a ocupar a galeria dos responsáveis pelo êxito futuro.

Hipóteses Específicas

- (a) A projeção proposta parte da hipótese de que o Governo Federal realiza cortes de 2% do total da despesa real por seis anos consecutivos, a se iniciar em 2006. Após 2011, o valor real dos gastos será mantido até 2015. Também por hipótese, a receita real da União permanecerá crescendo à taxa de 2,75% (ou 50% da taxa de crescimento do PIB, o que for menor) de 2006 a 2015. Para o ano de 2005, considera-se que a receita cresça 4,5% e a despesa 4,1%.

- (b) Quanto à taxa básica de juros reais, considera-se a hipótese de que caia gradualmente, conforme a redução da relação Dívida / PIB, de acordo como já citado. Porém, é importante observar que, com a adoção de um regime fiscal rigoroso, com metas de cortes de despesa, haveria como intensificar a queda da taxa de juros para um patamar 20% inferior ao que seria a trajetória de queda baseada na redução da relação Dívida / PIB. Isto ocorre porque, a partir do momento em que a União propuser e executar esse rigoroso ajuste dos gastos, o mercado financeiro antecipará a perspectiva de queda dos juros, possibilitando ao governo emitir dívida a taxas menores. Os gastos com pagamento de juros declinam na mesma proporção da redução da taxa de juros.
- (c) Por hipótese, a partir do ano em que as contas públicas registrarem superávit operacional (resultado positivo de receita menos despesas, incluindo o pagamento de juros), 90% do superávit serão destinados ao investimento federal do ano posterior e os 10% restantes, à amortização da dívida líquida do setor público do ano corrente. Como exemplo, se em 2009 ocorrer superávit operacional de R\$ 100, então R\$ 90 serão carreados a um fundo para financiar investimentos públicos em 2010; os R\$ 10 restantes serão aplicados na amortização da dívida em 2009. Supõe-se, aqui, que enquanto não houver superávit operacional o investimento público federal mantém a sua participação no PIB observada em 2004 (0,6%). Considera-se, também, crescimento de 3,5% do PIB em 2005.
- (d) O saldo de empréstimos do sistema financeiro ao setor privado cresce em função do crescimento econômico e da redução da relação Dívida / PIB, ou seja, o sistema financeiro realoca os recursos destinados ao financiamento do setor público para o setor privado, tal como considerado na projeção anterior.
- (e) Por fim, o modelo de crescimento do PIB adotado acrescenta duas novas hipóteses em relação à projeção anterior. A primeira considera que o fato de existir elevação dos investimentos públicos acompanhando o aumento dos investimentos privados gera uma externalidade que contribui para potencializar a taxa de crescimento econômico. Isto porque, sem investimentos em infra-estrutura, por exemplo, o crescimento econômico sofre restrições do tipo da ocorrida em 2001 com o racionamento de energia elétrica. A segunda hipótese adicional considera que a redução da taxa básica de juros reduz também a taxa de juros dos empréstimos ao setor privado e, com isso, eleva a demanda privada por crédito.

Resultados da Projeção

Com o ajuste fiscal proposto, a partir de 2006 o Governo Federal passará a gerar superávit operacional e, por consequência, a elevar os investimentos públicos como percentual do PIB, bem como iniciar a amortização da dívida pública.

O principal resultado dessa nova dinâmica das contas públicas será a forte elevação da taxa de crescimento econômico, como mostra o gráfico 5. A taxa de crescimento do PIB passa de 3,5%, em 2005, para 6,8%, em 2015 (taxa média anual de 5,7%). Isto é explicado pelo



aumento dos investimentos públicos e privados: o primeiro atinge 5,0% do PIB, em 2015, enquanto o segundo chega a 19,2%.

Esta nova dinâmica de crescimento do PIB contribuirá para a melhoria dos indicadores fiscais ao longo do tempo, visto que o governo controla o nível de gastos e arrecadação simultaneamente ao crescimento do PIB a taxas mais elevadas.

O resultado é o declínio da carga tributária federal, de 23,95%, em 2005, para 17,8%, em 2015. No mesmo período, as despesas como proporção do PIB passarão de 17,3% para 8,8%. Se considerarmos que os governos estaduais e municipais também reduzam os impostos na mesma proporção, então chegaremos em 2015 com carga tributária total de 26,4% do PIB (para uma breve discussão de ajuste fiscal para Estados e Municípios, ver o apêndice VII).

A queda da relação Dívida / PIB possibilita a redução da taxa básica de juros, o que, por sua vez, favorece a redução do montante de juros pagos (com impacto positivo no superávit operacional). Além disso, haverá melhores condições para o governo alongar o prazo da dívida em poder do mercado e, portanto, reduzir as conhecidas restrições na rolagem da dívida em momentos de eventuais crises. Outro efeito a se considerar é a reversão da forte valorização cambial causada pelo forte ingresso de capital financeiro e, por consequência, o estabelecimento de taxas de câmbio mais favoráveis à expansão das exportações (ver apêndice VI).

Do exposto acima, conclui-se que estarão criadas condições para a queda mais acentuada da relação Dívida / PIB, atualmente a principal prioridade na condução da política fiscal. Isto porque as três variáveis que afetam a dinâmica da Dívida / PIB estarão evoluindo de forma bastante favorável: taxa de juros declinante, superávit primário e operacional crescentes, além de maior taxa de crescimento do PIB.

A relação Dívida / PIB sai do patamar de 51,8% para 25,7% em 2015. Vale destacar que essa redução é possível mesmo direcionando 90% do superávit operacional aos investimentos, pois o acentuado crescimento econômico a ser observado passa a exercer um efeito considerável na queda da relação Dívida / PIB.

O esforço fiscal do governo no sentido de cortar gastos e conter o avanço da receita é recompensado pelo avanço dos investimentos e maior taxa de crescimento econômico. Tudo isso ocorre ao mesmo tempo em que os indicadores fiscais da União melhoram de forma significativa, como pode ser observado comparando-se o gráfico 4 com o 3.

Na proposta da FIESP, a despesa é o principal alvo do esforço fiscal do Governo Federal. O corte dos gastos acelera a queda da dívida pública como proporção do PIB e, com isso, permite uma forte redução das despesas com juros. Em poucos anos, o governo iniciará a geração de superávit operacional e será possível elevar os investimentos públicos. Os investimentos privados crescerão em função da redução da dívida pública e do aumento do crédito privado, além da gradual queda da taxa de juros. Este processo permite alcançar resultados bastantes satisfatórios em um prazo de 10 anos.



Esse ajuste nas despesas exige a iniciativa de fixar metas anuais de corte das despesas, acompanhada de reformas visando a interromper a trajetória de elevado crescimento das despesas obrigatórias. Sem que haja um forte ajuste nas despesas, torna-se impossível a reversão do quadro atual em horizontes menores de tempo. É importante considerar que o atraso na adoção desse tipo de medida vem impondo um severo ônus à população brasileira. Sempre existem vários caminhos. Os mais fáceis quase sempre levam a lugar nenhum.

Recentemente, tem ganho destaque na imprensa a proposta de meta de déficit nominal zero em intervalo de quatro ou cinco anos. A proposta descrita acima trabalha com o conceito de “resultado operacional”. Contudo, basta considerar uma trajetória de inflação e aplicar o conceito de “resultado nominal” para se concluir que, aplicando a proposta da FIESP, o déficit nominal pode ser zerado em curto intervalo de tempo (ver apêndice VIII).

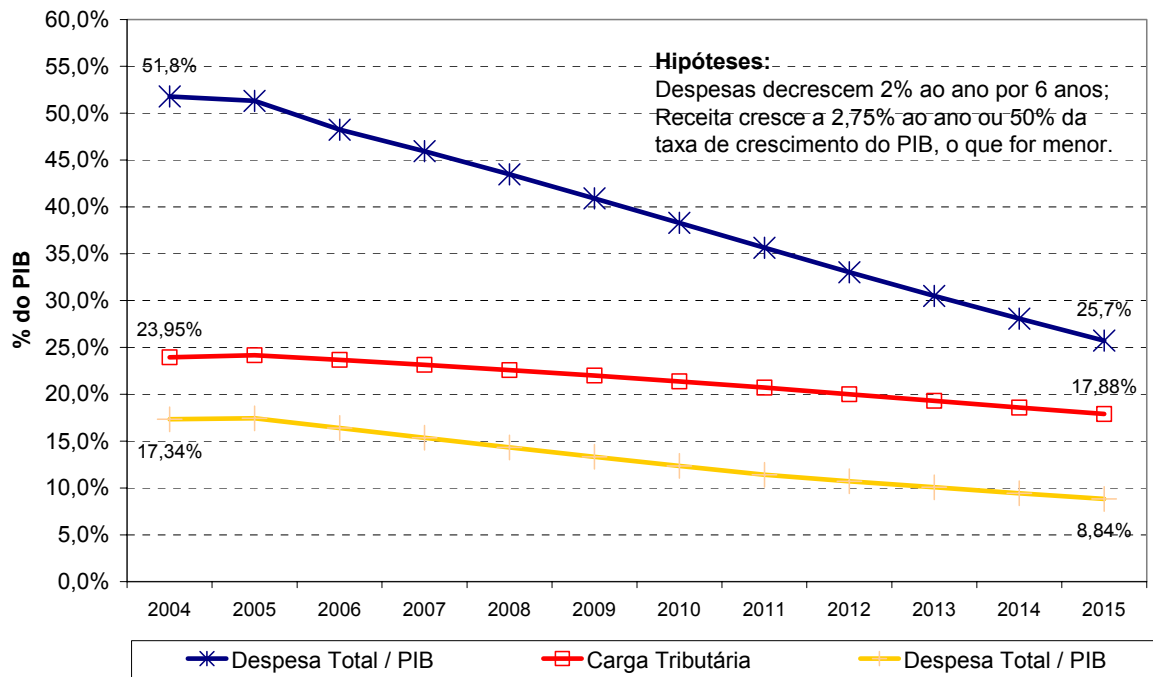
Projeção – Resultado Primário do Governo Central, Dívida/PIB e Carga Tributária

<i>Em R\$ Milhões</i>	2004	2005	2010	2015	Média (2005 a 2015)
RECEITA TOTAL	423.688,0	442.754,0	499.590,4	572.167,6	R\$ 502.554
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	67.557,4	70.597,5	79.660,1	91.232,6	R\$ 80.133
RECEITA LÍQUIDA TOTAL	356.130,6	372.156,5	419.930,3	480.935,0	R\$ 422.421
DESPESA TOTAL	306.742,6	319.319,1	288.639,1	282.866,4	R\$ 294.270
RESULTADO PRIMÁRIO	52.385,1	52.837,4	131.291,2	198.068,6	R\$ 128.152
JUROS REAIS	43.037,0	75.826,9	38.823,4	24.264,6	R\$ 39.981
RESULTADO OPERACIONAL	9.348,1	-22.989,5	92.467,8	173.804,0	R\$ 88.170
Dívida Líquida Total do Setor Público	916.446,6	939.436,1	894.957,4	823.498,9	R\$ 887.600
Dívida do Setor Público / PIB	51,8%	51,3%	38,3%	25,7%	38,28%
Empréstimos ao Setor Privado	465.803	500.834	1.022.982	1.964.334	R\$ 1.109.037
Empréstimos ao Setor Privado / PIB	26,3%	27,4%	43,8%	61,4%	44,10%
Investimento do Setor Privado	297.191	315.439	430.690	614.187	R\$ 445.376
Investimento do Setor Privado / PIB	16,8%	17,2%	18,4%	19,2%	18,39%
Investimento Público Federal	10.557,7	10.927,2	81.754,3	159.565,3	R\$ 81.392
Investimento Público Federal / PIB	0,60%	0,60%	3,50%	4,99%	3,10%
Carga Tributária	23,95%	24,18%	21,37%	17,88%	21,22%
Despesa Total / PIB	17,34%	17,44%	12,35%	8,84%	12,70%
PIB	1.769.202,0	1.831.124,1	2.337.640,1	3.199.634,3	R\$ 2.409.333
PIB <i>per capita</i>	9.743,05	9.941,81	11.876,20	15.348,32	R\$ 12.187
Taxa de crescimento do PIB <i>per capita</i>	3,7%	2,0%	4,4%	5,6%	4,4%
POPULAÇÃO *	181.586.030	184.184.264	196.834.086	208.468.035	

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, Banco Central e IBGE para dados de 2004. Projeção da FIESP.

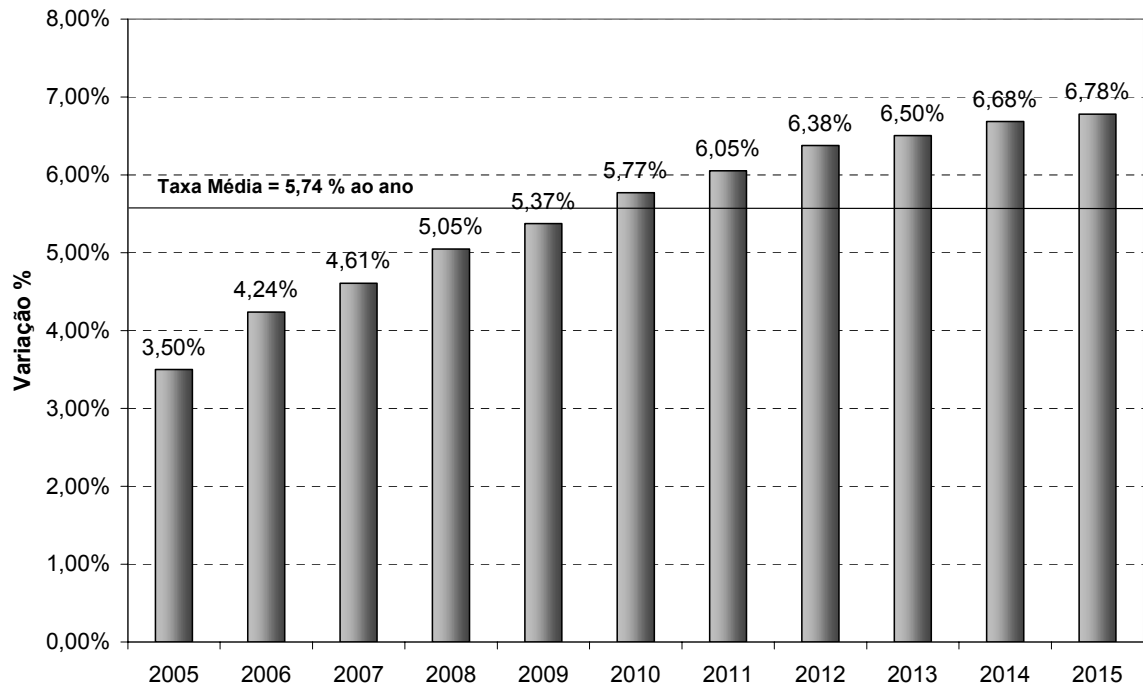
* População projetada pelo IBGE.

Gráfico 4 – Relação Dívida/PIB, Carga Tributária, Despesa/PIB



Elaboração própria (FIESP); dados de 2004 (Secretaria do Tesouro Nacional)

Gráfico 5 – Projeção do Crescimento do Produto Interno Bruto: 2005 a 2015



Elaboração própria (FIESP); previsão de 2005 (IPEA).



Resumo

Segue abaixo a tabela com a comparação dos principais resultados das duas projeções.

Resultados Alcançados em 2010 e 2015: padrão dos gastos (1999/2004) com permanência da carga tributária e Proposta da FIESP

	Situação Presente	Reprodução dos gastos (1999/2004) e permanência da carga tributária		Proposta da FIESP	
	2004	2010	2015	2010	2015
<i>Em R\$ Milhões</i>					
Dívida Líquida Total do Setor Público	R\$ 916.447	R\$ 1.007.475	R\$ 1.094.057	R\$ 894.957	R\$ 823.499
Dívida do Setor Público / PIB	51,8%	47,3%	44,1%	38,3%	25,7%
Emprestimos ao Setor Privado	R\$ 465.803	R\$ 656.722	R\$ 846.157	R\$ 1.022.982	R\$ 1.964.334
Emprestimos ao Setor Privado / PIB	26,3%	30,8%	34,1%	43,8%	61,4%
Investimeto do Setor Privado	R\$ 297.191	R\$ 368.930	R\$ 432.710	R\$ 430.690	R\$ 614.187
Investimeto do Setor Privado / PIB	16,8%	17,3%	17,4%	18,4%	19,2%
Investimento Público Federal	R\$ 10.558	R\$ 12.780	R\$ 14.900	R\$ 81.754	R\$ 159.565
Investimento Público Federal / PIB	0,60%	0,60%	0,60%	3,50%	4,99%
Carga Tributária	23,95%	23,95%	23,95%	21,37%	17,88%
Despesa Total / PIB	17,34%	18,37%	19,30%	12,35%	8,84%
PIB	R\$ 1.769.202	R\$ 2.130.080	R\$ 2.483.366	R\$ 2.337.640	R\$ 3.199.634
PIB per capita	R\$ 9.743	R\$ 10.822	R\$ 11.912	R\$ 11.876	R\$ 15.348
Taxa Média de Crescimento Económico (2005 a 2015)	3,69%	1,80%	3,09%	4,45%	5,74%

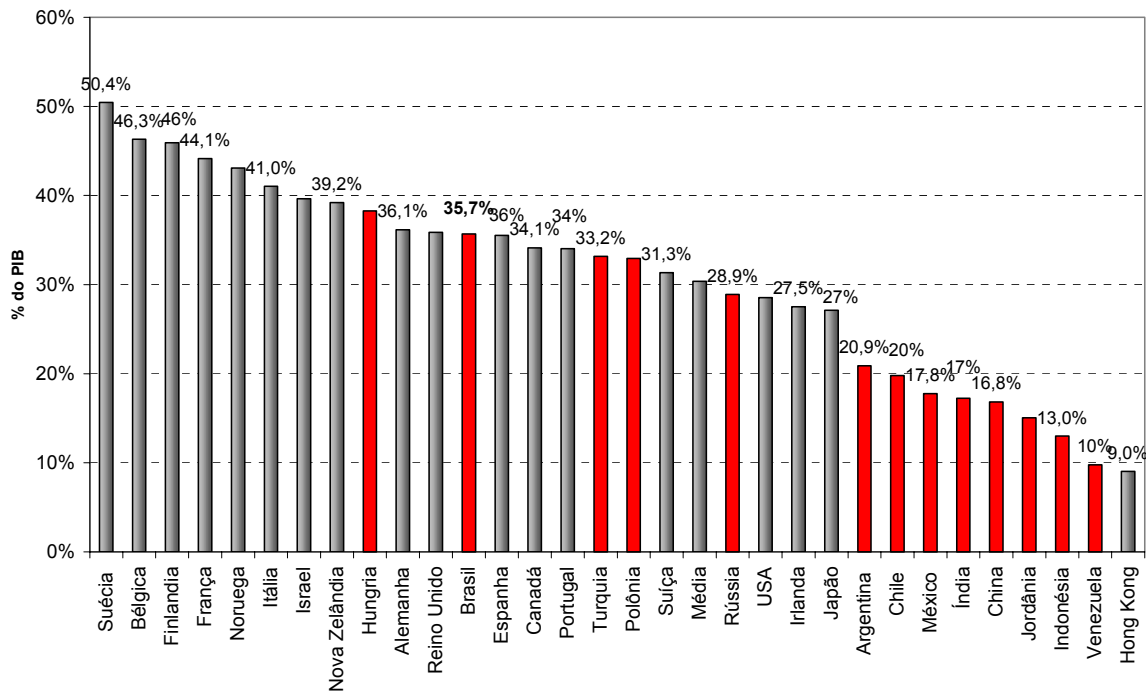
Elaboração própria (FIESP).

Comparação Internacional da Carga Tributária

Afinal, a carga tributária brasileira é realmente alta? Para responder esta questão, recorreremos a uma comparação internacional. Ao se comparar a carga tributária total (incluindo estados e municípios) do Brasil com um grupo de 60 países, verifica-se que as únicas nações em desenvolvimento que possuem carga tributária maior do que brasileira são os ex-socialistas: Hungria e República Checa. O gráfico 6 apresenta a posição de alguns países selecionados.

A receita do setor público brasileiro como proporção do PIB encontra-se no patamar de 35,7%, nível muito próximo ao da Escócia (35,8%) e Alemanha (36,1%). Países como Argentina, México e Chile possuem cargas tributárias significativamente menores: 20,8%, 17,7% e 19,6%, respectivamente. Os outros componentes dos BRICs — Rússia, Índia e China — apresentam carga de impostos de 29%, 17%, 17 %, respectivamente, todas elas bastante inferiores à brasileira, inclusive a da Rússia, sucessora da maior nação socialista.

Gráfico 6 – Carga Tributária de Países Selecionados



Fonte: IMD (2004). Elaboração própria (FIESP).

A elevada carga tributária brasileira, quando comparada com a de outros países em desenvolvimento, possui várias implicações, dentre as quais: menor competitividade de produtos brasileiros no mercado externo; baixos incentivos à formalidade das relações trabalhistas, comerciais e econômicas; menores incentivos à constituição e desenvolvimento de novos negócios.

A redução da carga tributária brasileira para níveis compatíveis com a realidade de países competidores constitui-se, portanto, em um importante fator de promoção da competitividade e do crescimento econômico.

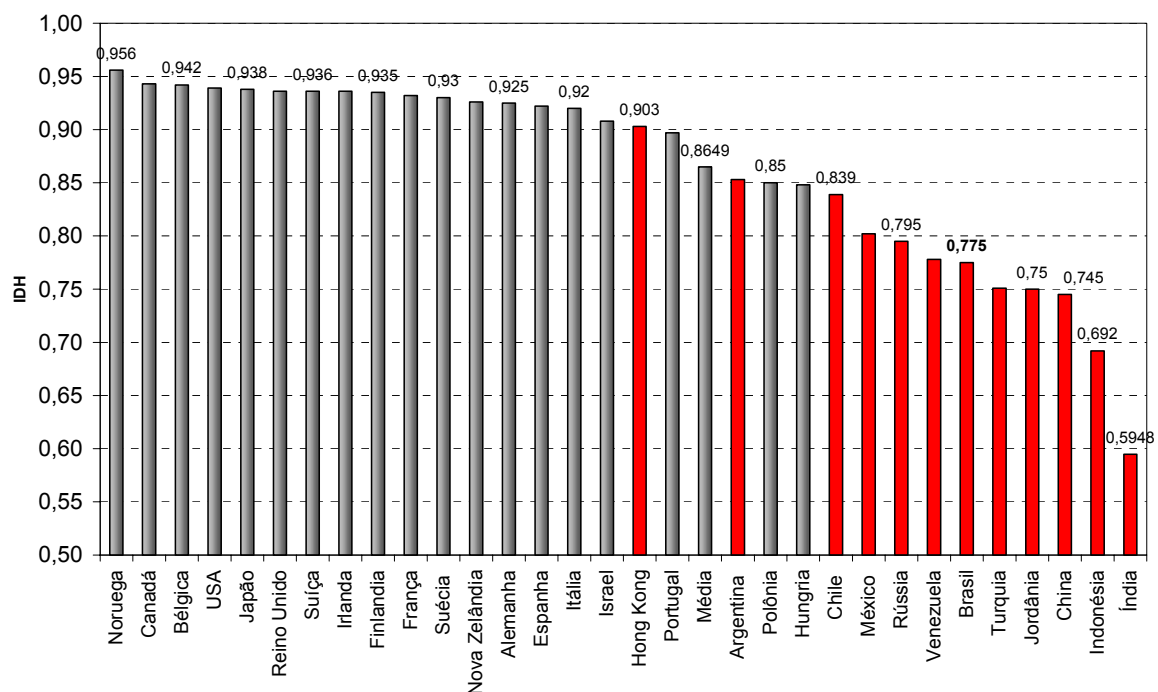
Apêndice II

Comparação Internacional do IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida que retrata o resultado alcançado pelos países na promoção da qualidade de vida em suas diversas dimensões (educação, longevidade e renda). O IDH é mensurado em uma escala de 0 a 1. Quanto mais próximo a 1, maior o desenvolvimento humano do país.

O Brasil tem IDH de 0,775, abaixo da Venezuela, Chile, Romênia e Malásia, por exemplo (ver gráfico 7).

Gráfico 7 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Países Selecionados



Fonte: PNUD (2002). Elaboração própria (FIESP).

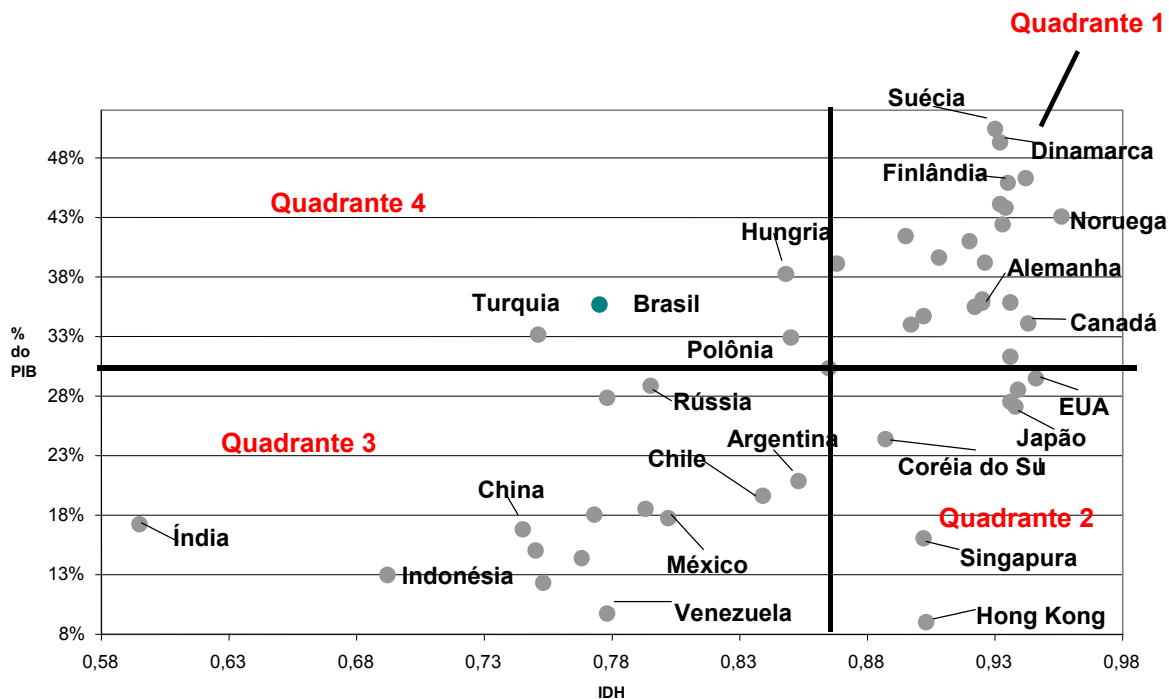
O gráfico 8 apresenta a correlação entre a carga tributária (eixo vertical) e o IDH (eixo horizontal), ou seja, apresenta uma espécie de relação custo (carga tributária) versus benefício (IDH). Os quatro quadrantes do gráfico permitem visualizar a posição do País em relação à média mundial de cada indicador. Desta forma, a divisão horizontal é determinada pela média de carga tributária (30,3% do PIB), enquanto a divisão vertical retrata a média do IDH (0,86).

O Brasil destaca-se pelo fato de possuir carga tributária das mais elevadas do mundo, ao mesmo tempo em que seu IDH, de 0,775, situa-se abaixo da média internacional. A posição do Brasil no “quadrante 4” é compartilhada por poucos países. Isto significa que uma carga

tributária semelhante à da Alemanha é cobrada de uma população com desenvolvimento humano semelhante ao da Venezuela.

O Brasil possui carga tributária de país avançado e IDH de país atrasado.

Gráfico 8 – Carga Tributária e IDH de Países Selecionados



Fonte: PNUD (2002) e IMD 2004. Elaboração: DECOMTEC / FIESP.

Torna-se, então, necessário reduzir a carga tributária e elevar o IDH, de modo que o País alcance o segundo quadrante. Por sua vez, a melhoria do IDH exige crescimento do PIB *per capita* e investimentos em saúde, educação e políticas públicas; o aumento desses investimentos sem implicar a majoração da carga tributária sugere a necessidade de se cortar despesas de custeio do Governo Federal e melhorar a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

O Estado brasileiro deve ser capaz de fazer mais e melhor, ou seja, terá de prover mais bens e serviços públicos utilizando menos recursos, ou, em outras palavras, é preciso mais Estado com menor carga tributária.

Apêndice III

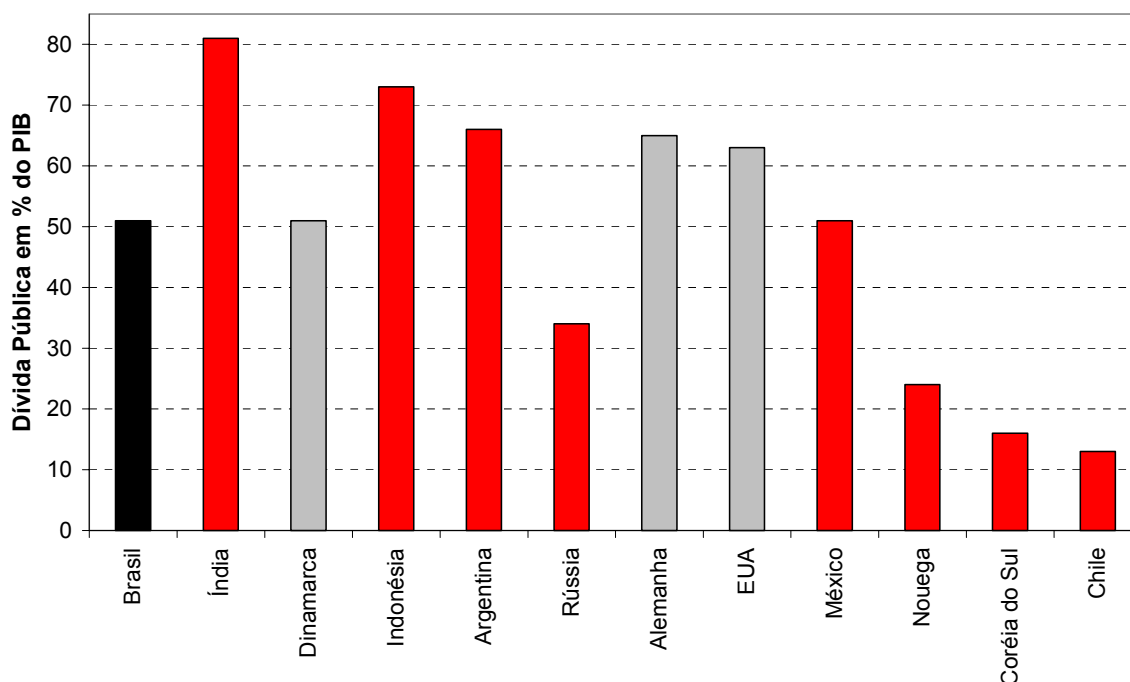
Comparação Internacional da Relação Dívida/PIB e dos Gastos com Juros

Atualmente, o Brasil possui dívida pública equivalente a 51% do PIB. Apesar de não ser dos maiores níveis do mundo (vide gráfico 9), as condições de rolagem da grande parte desta dívida são muito precárias, pois ela é de curto prazo e incidindo uma taxa de juros das mais elevadas do Planeta.

A combinação desses fatores implica elevado ônus para as contas públicas. Em 2004, por exemplo, o Governo Federal gerou superávit primário de R\$ 55,5 bilhões, mas com o pagamento de juros nominais de R\$ 70,5 bilhões, o resultado foi um déficit operacional de R\$ 15 bilhões.

O déficit operacional necessitou ser financiado através da contratação de nova dívida. É este círculo vicioso que deve ser rompido com a execução de política fiscal condizente com o equilíbrio de longo prazo e com redução de carga tributária.

Gráfico 9 – Relação Dívida / PIB de Países Selecionados

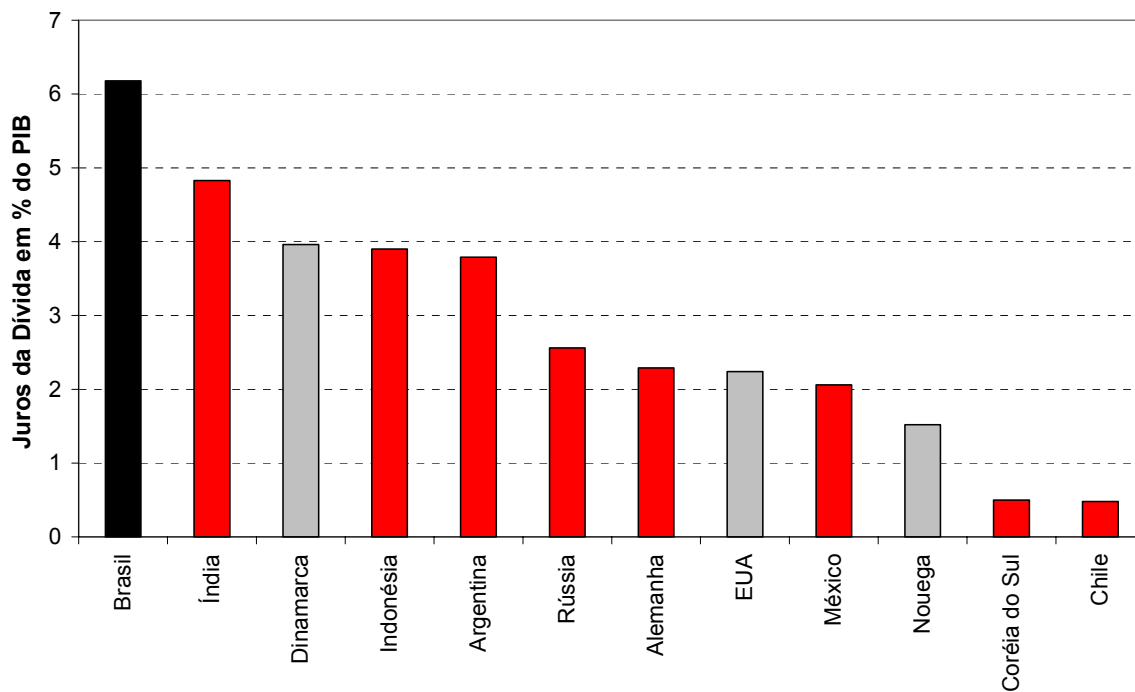


Fonte: World Development Indicators (2004). Elaboração própria (FIESP).

No gráfico 10 é possível comparar o custo da dívida do setor público brasileiro com o de outros países.

No Brasil mais de 6% do PIB é destinado ao pagamento de juros enquanto que em países como Índia, Indonésia, Argentina e México os desembolsos com juros são menores apesar da dívida ser mais elevada como proporção do PIB.

Gráfico 10 – Gastos com Juros de Países Selecionados



Fonte: World Development Indicators (2004). Elaboração própria (FIESP).

Apêndice IV**Taxa de Investimento e Participação do Setor Público no Investimento**

O objetivo último da política econômica é o crescimento econômico. No período de 1960 a 1980, o Brasil crescia a taxas comparáveis às da Coreia do Sul, como pode ser visto na tabela abaixo. A partir dos anos 80, a economia brasileira perde o dinamismo e passa a crescer à taxa média de 2,2%, enquanto a Coreia continua a crescer a taxas altas e a Índia e China aceleram suas taxas de crescimento⁴.

Tabela 1 – Taxa de Crescimento Econômico

Países	1960-1980	1981-2004
Brasil	8,33%	2,20%
Índia	3,36%	5,51%
Coreia	8,31%	6,56%
China	-	9,10%
Mundo	4,34%	3,37%

Fonte: FMI. Elaboração própria (FIESP).

O dado mais alarmante diz respeito à renda *per capita* medida pela paridade de poder de compra - PPP (taxa de câmbio corrigida pelo diferencial de custo de vida, medida de bem estar econômico). Em 1975, a renda *per capita* da Coreia era 66% da brasileira. Em 2001, a coreana é mais de 200% da brasileira, como pode ser vista na tabela 2 a seguir.

Tabela 2 – Renda per Capta em PPP

Ano	Brasil	Coreia do Sul
1975	2190	1400
2001	7360	15090

Fonte: FMI. Elaboração própria (FIESP).

O crescimento econômico é fruto da confluência positiva de vários fatores, mas, sem sombra de dúvidas, um dos fatores determinantes do crescimento é a ocorrência de investimentos por períodos longos. O investimento é importante porque significa, por um lado, um gasto adicional na economia que gerará renda e consumo. Por outro lado, o investimento é ampliação da capacidade produtiva para atender a este aumento de renda e consumo e novos investimentos, fechando o ciclo de uma espiral virtuosa.

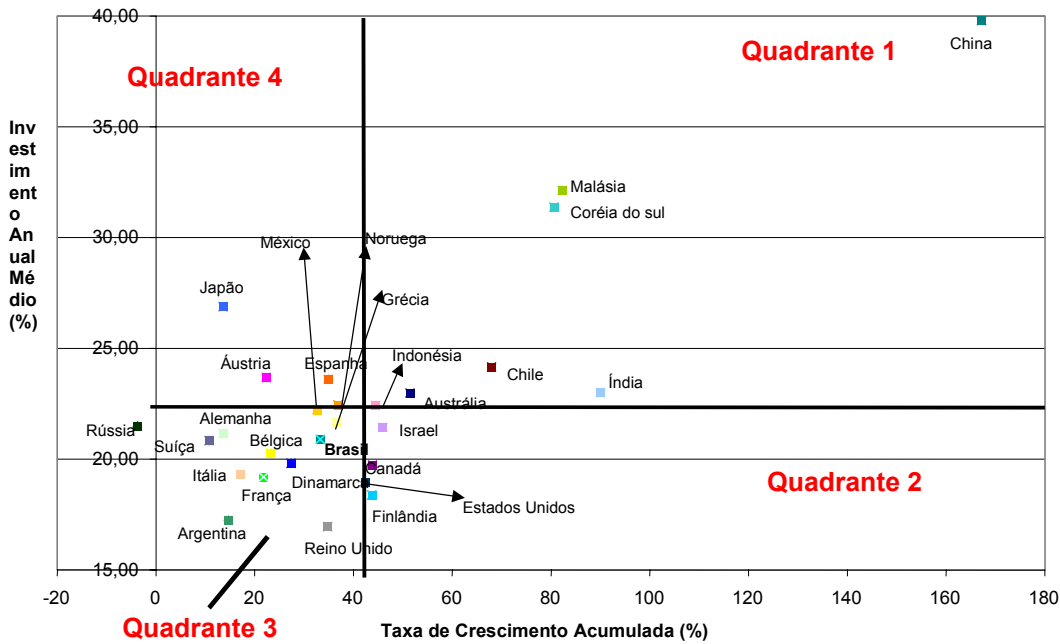
No gráfico 11, apresenta-se a relação entre taxa de crescimento econômico acumulada no período 1993 a 2003 e a taxa média de investimento para o mesmo período. Nota-se que taxas de investimento elevadas (como percentual do PIB) estão associadas a maiores taxas de crescimento do PIB. O gráfico também foi dividido em quatro quadrantes, delimitados

⁴ Para uma análise comparativa mais detalhada do crescimento econômico e competitividade da China, Índia e Brasil ver: “*China e Índia como Desafio e Exemplo e a Reação do Brasil...para Cima*” (www.fiesp.com.br/download/assessoria_mercado_externo/estudo_china_india.pdf). Elaborado pelo DECOMTEC/FIESP e apresentado pelo presidente Paulo Skaf no XVII Forum Nacional organizado por João Paulo Reis Velloso.

pela média mundial de taxa de investimento anual (22,6% do PIB) e média de crescimento econômico acumulado (41,8%).

No quadrante 1, estão os países que mais investiram e mais cresceram entre 1993 e 2003: Chile, Coréia, Malásia e, em uma posição bastante isolada, a China (com taxa de investimento anual de quase 40% do PIB e crescimento acumulado no período de 167%).

Gráfico 11 – Taxa de Crescimento Acumulada e Taxa de Investimento Média: 1993 a 2003



Fonte: World Bank - World Development Indicators (2004). Elaboração própria (FIESP).

O Brasil situa-se no quadrante 3, ou seja, o dos países com baixo investimento e baixo crescimento acumulado. A média da taxa de investimento brasileira foi de 20,89%, nível que permitiu o crescimento observado de 33,2% entre 1993 e 2003.

Vale lembrar que, na segunda metade dos anos 70, a taxa de investimento brasileira atingiu 23% do PIB. Em 2003, a taxa de investimento (Formação Bruta de Capital Fixo) da economia brasileira foi de 19,76% do PIB. Desse total, 3% representavam os investimentos do setor público e o restante (16,80%), investimentos privados.

Nesse contexto, a taxa de investimento do Governo Federal, de 0,6% do PIB, em 2004, constitui-se um entrave ao crescimento, não apenas pelo nível bastante reduzido, mas, sobretudo, pelo fato de parcela significativa da infra-estrutura brasileira ser dependente de investimentos públicos.



No período recente, o investimento público tem sofrido cortes diante do cenário de crescentes despesas de custeio e necessidade de atingir as metas de superávit primário. Mesmo com o forte crescimento da carga tributária nos anos recentes, ocorreram cortes de investimento federal, ou seja, o aumento da carga apenas acomodou o aumento das despesas de custeio.

A tabela a seguir apresenta as taxas de investimento total, a pública e a privada. Vale observar a clara tendência de diminuição do investimento público após 1999, início do período de definição de metas de superávit primário.

Tabela 3 – Brasil: Formação Bruta de Capital Fixo Total, Pública e Privada

Ano	FBCF Total %	FBCF - Privado	FBCF - Público %
1995	22,30%	17,50%	4,70%
1996	20,90%	16,30%	4,60%
1997	21,50%	17,00%	4,50%
1998	21,10%	16,70%	4,40%
1999	20,20%	17,10%	3,00%
2000	21,50%	18,60%	2,90%
2001	21,20%	17,70%	3,50%
2002	19,80%	15,90%	3,80%
2003	19,80%	16,80%	3,00%

Fonte: IBGE. Elaboração própria (FIESP).

O quadro atual de baixo investimento público necessita ser revertido e, para tanto, faz-se necessário reduzir despesas de custeio, visando a elevar inicialmente o superávit primário e acelerar a queda da relação Dívida / PIB.

O corte dos gastos públicos permitirá ao governo voltar a investir e o País poderá crescer a taxas mais altas e compensar parte do atraso gerado nas últimas décadas.



Apêndice V

Casos de Países que Reduziram Despesas Públicas

A experiência internacional das décadas de 80 e 90 mostra que países que optaram por um elevado esforço de redução das despesas públicas não só obtiveram a reversão dos déficits orçamentários, como também alcançaram maiores taxas de crescimento econômico.

Estados Unidos

No período 1993 a 1998, os Estados Unidos presenciaram o que ficou conhecido como “Combinação de Políticas Clinton-Greenspan”. Quando Clinton assumiu, em 1993, o governo fez um forte esforço fiscal, reduzindo o seu consumo ao mesmo tempo em que o Banco Central Americano (FED) reduziu a taxa de juros.

A tabela a seguir apresenta os principais resultados. O consumo final do governo caiu de 16,7% do PIB, em 1992, para 14,31 % do PIB, em 1998, enquanto o gasto total do governo caiu de 23,06% do PIB para 19,87% em igual período.

O resultado fiscal do governo saiu de - 4,6% do PIB para 0,81%. A dívida caiu de 47,95% do PIB, em 1992, para 42,75% do PIB. A combinação de políticas permitiu também a redução da taxa de juros real, bem como da inflação. A economia americana experimentou crescimento sustentado e o presidente Clinton se reelegeu com tranquilidade.

Tabela 4 - Estados Unidos da América: dados da Política Clinton-Greenspan

	Consumo Final do Governo (% do PIB)	Gasto Total do Governo (% do PIB)	Resultado do Governo (% PIB)	Dívida como % do PIB	Inflação ao consumidor	Taxa de Juros Real	Crescimento do PIB ao ano
1990	17,02	22,68	-3,79	42,45	5,65	4,25	n/d
1991	17,23	24,10	-4,59	45,75	2,60	3,02	-0,90
1992	16,77	23,06	-4,62	47,95	3,26	2,95	2,70
1993	16,20	22,66	-3,86	50,27	2,52	2,60	2,30
1994	15,64	21,94	-2,88	49,34	2,80	2,80	3,40
1995	15,31	21,72	-2,12	49,15	2,73	2,90	2,00
1996	15,01	21,19	-1,48	48,68	3,04	2,30	2,70
1997	14,64	20,55	-0,26	45,83	1,57	1,60	3,90
1998	14,31	19,87	0,81	42,75	1,67	2,18	3,70

Fonte: Banco Mundial e Federal Reserve Bank.

Finlândia

A experiência de ajuste fiscal da Finlândia teve início em 1992 e foi baseada no corte de todos os gastos, das forças armadas à assistência a população de baixa renda. Apenas os gastos com pesquisa e desenvolvimento foram mantidos, opção estratégica de política industrial do país. Vale notar que a Finlândia é um dos países que apresenta maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo.

Seguem abaixo os principais resultados. Os números falam por si, mas novamente observa-se redução dos gastos, taxa de juros e inflação, acompanhado de crescimento econômico.

Tabela 5 – Finlândia: dados do Ajuste Fiscal

	Consumo Final do Governo (% PIB)	Gasto Total do Governo (% PIB)	Resultado Final do Governo (% PIB)	Dívida como % PIB	Inflação ao Consumidor	Taxa de Juros Real	Crescimento do PIB ao ano
1990	21,65	30,34	0,18	10,83	6,10	5,87	0,03
1991	24,84	36,89	-6,83	17,61	4,12	9,78	-6,26
1992	25,44	41,73	-14,45	35,31	2,60	11,18	-3,32
1993	24,30	44,38	-13,11	53,41	2,10	7,40	-1,15
1994	23,39	42,72	-11,25	60,17	1,09	5,80	3,95
1995	22,83	41,25	-9,49	64,16	0,99	3,48	3,81
1996	23,15	39,50	-6,24	67,72	0,62	6,40	4,01
1997	22,44	34,54	-2,44	65,98	1,20	3,17	6,29
1998	21,67	33,43	-0,28	61,11	1,40	2,28	5,33
1999	21,68	36,40	-2,90	56,70	1,16	4,87	4,05
2000	20,63	36,60	1,00	48,70	3,37	2,38	5,59
2001	21,16	35,60	1,30	45,60	2,58	3,55	0,74
2002	22,00	34,40	2,10	42,40	1,70	3,50	1,60

Fonte: Banco Mundial e Bank of Finland

Entre 1992 e 1998, o gasto total do governo passou de 41,7% do PIB para 33,4%. No período o déficit público da saiu de 14,45% do PIB para um superávit de 0,28%. A economia decrescia no início do ajuste e passou a expandir a taxas de 6,29% e 5,33%, em 1997 e 1998, respectivamente. Outro destaque no período é a redução da taxa de juros reais de 11,18%, em 1992, para 2,28%, em 1998.

Irlanda

Durante grande parte da década de 80 a Irlanda apresentava um quadro fiscal bastante desfavorável. A dívida pública ultrapassava o valor do PIB, os gastos com pagamento de juros comprometia, em média, 6,9% do PIB e o déficit nominal era elevado (ver tabela 6). Junto a esse quadro fiscal crítico se observava uma economia estagnada: baixo crescimento do PIB e dos investimentos, taxa de juros de longo prazo de 11% ao ano e altíssima taxa de desemprego.

Em 1987, a sociedade irlandesa confirmou sua adesão à Comunidade Econômica Européia. A partir de então o governo deu início a um rigoroso programa de ajuste fiscal, com corte de gastos públicos. Junto ao ajuste foram implantadas uma série de medidas de incentivo aos investimentos e promoção do comércio exterior.

Após alguns anos de ajuste o governo obteve uma espantosa redução da dívida. Recursos antes despendidos para pagamento de juros foram destinados a investimentos em infraestrutura, educação e pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Os investidores externos ampliaram a sua presença na economia e transformaram a Irlanda em plataforma de exportação e centro de P&D.

O gráfico 12 indica que enquanto a dívida pública irlandesa decrescia até alcançar os 30% do PIB, o elevado déficit nominal se converteu em crescente superávit. Atualmente o governo possui resultado orçamentário equilibrado e dívida em nível bastante confortável.



Tabela 6 – Irlanda: ajuste fiscal e indicadores econômicos

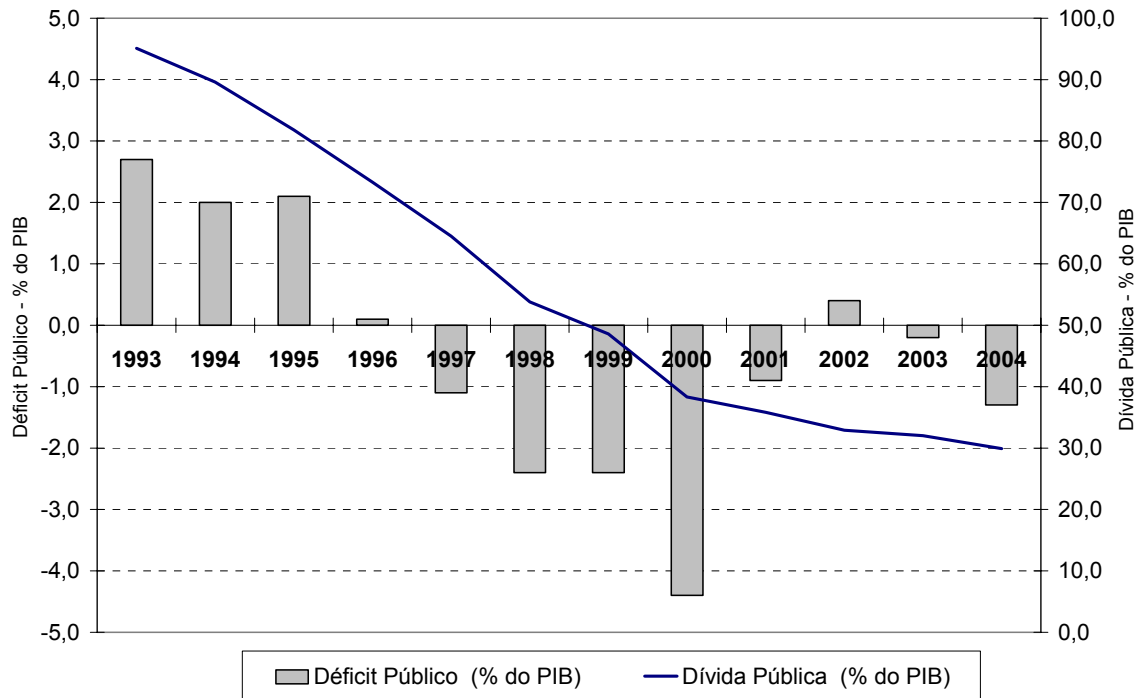
	1980-1990 (Média)	1991-2004 (Média)
Crescimento do PIB	3,6%	6,6%
Taxa de inflação	7,7%	2,4%
Formação Bruta de Capital Físico***	0,9%	7,3%
Taxa de desemprego	16,8%	4,5%*
Carga Tributária (% do PIB)	52,0%	34,0%
Déficit Nominal (% do PIB)	8,1%	-0,2%
Juros da Dívida (% do PIB)	6,9%	0,2%
Dívida Pública (% do PIB)	112,0%	29,0%
Taxa de juros de longo prazo	11,0%**	4,0%
Exportações (bens e serviços)	US\$ 17,6 Bilhões	US\$ 145,9 Bilhões
Importações (bens e serviços)	US\$ 15,9 Bilhões	US\$ 117,6 Bilhões
Saldo de Conta Corrente (% do PIB)	-0,2%	0,6%

* Média de 2000 a 2005. ** Dado de 1990. ***Crescimento médio sobre o ano anterior.

Fonte: OCDE. Elaboração: Idéias Consultoria

A Irlanda é um exemplo de que os benefícios de um ajuste fiscal rigoroso e persistente extrapola o setor público e pode servir de poderoso estímulo aos investimentos privados: o crescimento econômico médio na década de 90 foi de 6,6% ao ano, as exportações e importações são mais de dez vezes superiores às do decênio anterior (mantido o equilíbrio na balança de transações correntes) e a taxa de desemprego caiu para 4,5%. Todos esses resultados foram acompanhados de queda da inflação de 7,7% ao ano para 2,4%, ou seja, a dinâmica de maior crescimento não é incompatível com estabilidade monetária.

Gráfico 12 – Esforço Fiscal da Irlanda: 1993 a 2004



Fonte: Comissão Européia e Idéias Consultoria. Elaboração própria (FIESP).

Hoje conhecida como “tigre celta”, a Irlanda viu na adesão à Comunidade Européia, em 1987, a oportunidade e o desafio de promover o ajuste fiscal. Hoje o Brasil se depara com escolha semelhante, os indicadores fiscais implicam em grande prejuízo ao país e as atuais metas de superávit estão longe de corrigir o problema. O que queremos ser em 2015? Que caminho seguir?



Apêndice VI

Evolução do Câmbio e Exportações

A experiência recente da economia brasileira corrobora a teoria econômica, mostrando que a taxa de juros tem forte influência na determinação da taxa de câmbio. O processo de aumento da taxa Selic de setembro de 2004 a maio de 2005 determinou a valorização da moeda brasileira muito acima das moedas dos demais países. A tabela 7 mostra a comparação entre várias moedas.

Tabela 7 – Comparativo de Taxas de Câmbio: Maio/04 e Maio/05

	Câmbio (Moeda / US\$)		Variação (%)
	mai/04	mai/05	
Brasil	3,10	2,45	-20,97
Coréia do Sul	1177,88	1001,84	-14,95
Polônia	3,82	3,33	-12,83
Austrália	1,43	1,30	-9,09
Canadá	1,37	1,25	-8,76
Noruega	6,84	6,36	-7,02
África do Sul	6,80	6,33	-6,91
Euro	0,83	0,79	-5,51
Dinamarca	6,20	5,86	-5,48
Japão	112,20	106,60	-4,99
Suécia	7,61	7,24	-4,86
México	11,52	10,97	-4,77
Suíça	1,28	1,22	-4,69
Rússia	28,99	27,78	-4,17
Reino Unido	0,56	0,54	-3,76
Cingapura	1,71	1,65	-3,51
Média			-7,64

Fonte: FED e BCE

Na hipótese dos gastos públicos permanecerem com a dinâmica atual, a taxa de juros real continuará elevada, de forma a existir pouco impacto sobre a taxa de câmbio. É claro que a Selic real tenderá a cair, mas dificilmente baixará para menos de dois dígitos, pois o governo terá de pagar caro para manter o financiamento de uma dívida alta em relação ao PIB.

Com taxas de juros elevadas, o câmbio não desvalorizará muito, mantendo-se em torno dos 2,65 reais por Dólar americano (desconsiderando os efeitos da inflação brasileira e americana). Como resultado, nossas exportações permanecerão em torno dos 16% do PIB.

Já os resultados da Proposta da Fiesp são bem diferentes. À medida que se procede à redução de gastos, obtém-se a redução da relação Dívida/PIB. Esta redução permite ao governo baixar a taxa de juros, o que, por sua vez, leva a uma desvalorização natural da moeda.



Tabela 8 – Manutenção da Dinâmica Atual: projeção do Câmbio, Juros e Exportações

	Taxa Selic Real (%^{aa})	Câmbio (R\$ /US\$)	Coefficiente de exportação	PIB *	Exportações**
2004	10,68%	2,60	14,5%	1.769.202	98.667
2005	12,50%	2,40	12,5%	1.831.124	95.371
2006	10,00%	2,65	16,0%	1.887.094	113.938
2007	10,00%	2,65	16,0%	1.944.951	117.431
2008	10,00%	2,65	16,0%	2.004.756	121.042
2009	10,00%	2,65	16,0%	2.066.567	124.774
2010	10,00%	2,65	16,0%	2.130.471	128.632
2011	10,00%	2,65	16,0%	2.196.504	132.619
2012	10,00%	2,65	16,0%	2.264.729	136.738
2013	10,00%	2,65	16,0%	2.335.209	140.994
2014	10,00%	2,65	16,0%	2.408.006	145.389
2015	10,00%	2,65	16,0%	2.483.184	149.928

• PIB em R\$ Milhões de 2004. ** Exportações em US\$ Milhões de 2004
 Fonte: Banco Central

Simulamos, para cada nível de taxa de juros real qual seria a taxa de câmbio de equilíbrio no mercado de divisas. Adicionalmente, consideramos que, quanto mais desvalorizado o câmbio, maior o coeficiente de exportação. Os resultados podem ser vistos na tabela 9.

Obviamente, neste caso o Brasil viverá uma forte expansão de suas exportações, que poderá ser acompanhada de aumento das importações, o que culminaria numa maior abertura de nossa economia e maior competitividade de nosso produto.

Tabela 9 – Proposta da FIESP: projeção do Câmbio, Juros e Exportações

	Taxa Selic Real (% a.a.)	Câmbio (R\$ /US\$)	Coefficiente de exportação	PIB *	Exportações**
2004	10,68%	2,60	14,2%	1.769.202	96.626
2005	12,50%	2,40	12,5%	1.831.124	95.371
2006	8,00%	2,90	21,0%	1.907.699	138.144
2007	7,20%	3,00	22,0%	1.991.786	146.064
2008	7,20%	3,00	22,0%	2.088.851	153.182
2009	6,40%	3,05	24,0%	2.197.692	172.933
2010	6,40%	3,05	24,0%	2.321.517	182.677
2011	5,60%	3,15	28,0%	2.459.065	218.584
2012	5,60%	3,15	28,0%	2.613.334	232.296
2013	4,80%	3,30	30,0%	2.780.831	252.803
2014	4,80%	3,30	30,0%	2.964.673	269.516
2015	4,00%	3,40	35,0%	3.163.723	325.677

* PIB em R\$ Milhões de 2004. ** Exportações em US\$ Milhões de 2004
 Fonte: Banco Central



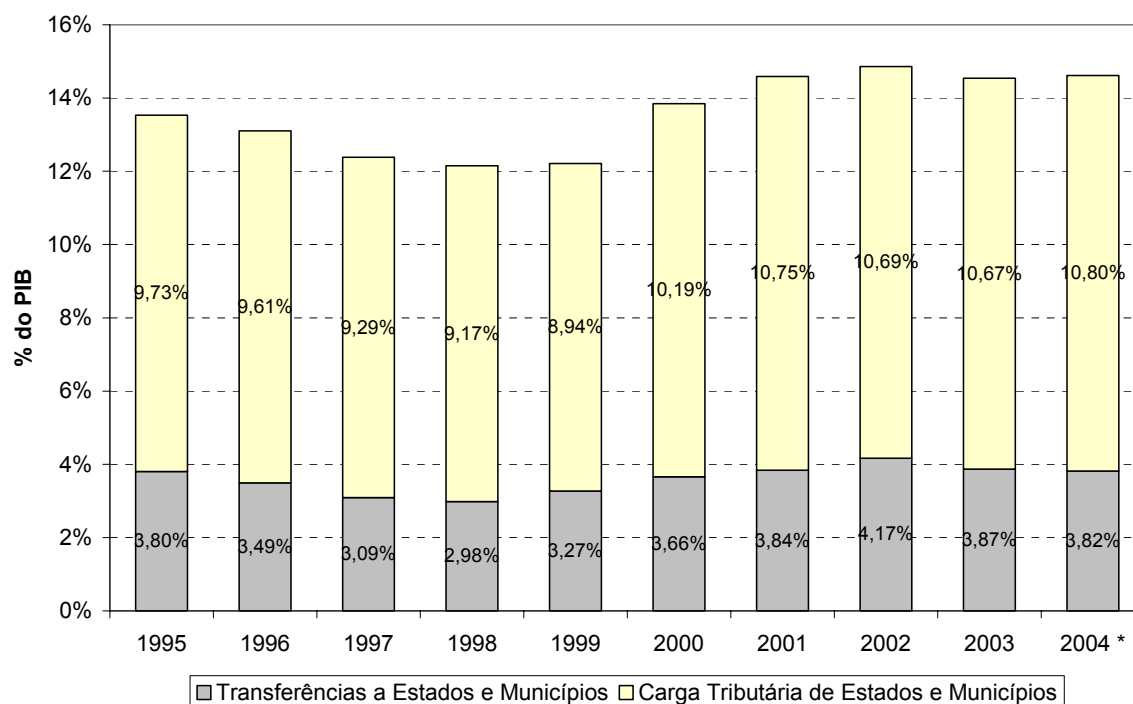
Apêndice VII

Evolução Recente da Carga Tributária e Gastos de Estados e Municípios

As receitas orçamentárias de Estados e Municípios têm origem na arrecadação própria e nas transferências⁵ de recursos da União. O gráfico 13 mostra a evolução dessas fontes de recursos das esferas estadual e municipal na última década.

Nota-se, a partir de 1999, uma clara tendência de elevação da receita de Estados e Municípios seguida de estabilidade nos últimos dois anos. A receita passa de 12,21% do PIB, em 1999, para 14,62%, em 2004. O aumento da receita foi explicado, sobretudo, pela elevação da arrecadação própria, de 8,94% para 10,8%, no período, ou seja, a carga tributária de Estados e Municípios elevou-se.

Gráfico 13 – Transferências da União a Estados e Municípios e Estimativa da Receita Total de Estados e Municípios: 1995 a 2004



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e da Receita Federal. Elaboração própria (FIESP).

* Baseado em estimativa do IPEA da Carga Tributária total.

Com o objetivo de verificar o comportamento das despesas primárias de Estados e Municípios no período, propõe-se aqui a adoção de um indicador de gastos baseado na

⁵ Transferências constitucionais (IPI, IR, etc); Fundo de Compensação de Exportações; transferências do Cide, entre outras.



receita já apresentada e na “Necessidade de Financiamento Primário dos Governos Estaduais e Municipais⁶” (NFPEM).

A NFPEM constitui o déficit primário de Estados e Municípios; portanto, a soma da receita total de Estados e Municípios com o déficit primário representa uma estimativa dos gastos primários incorridos a cada ano (exclui os desembolsos com juros).

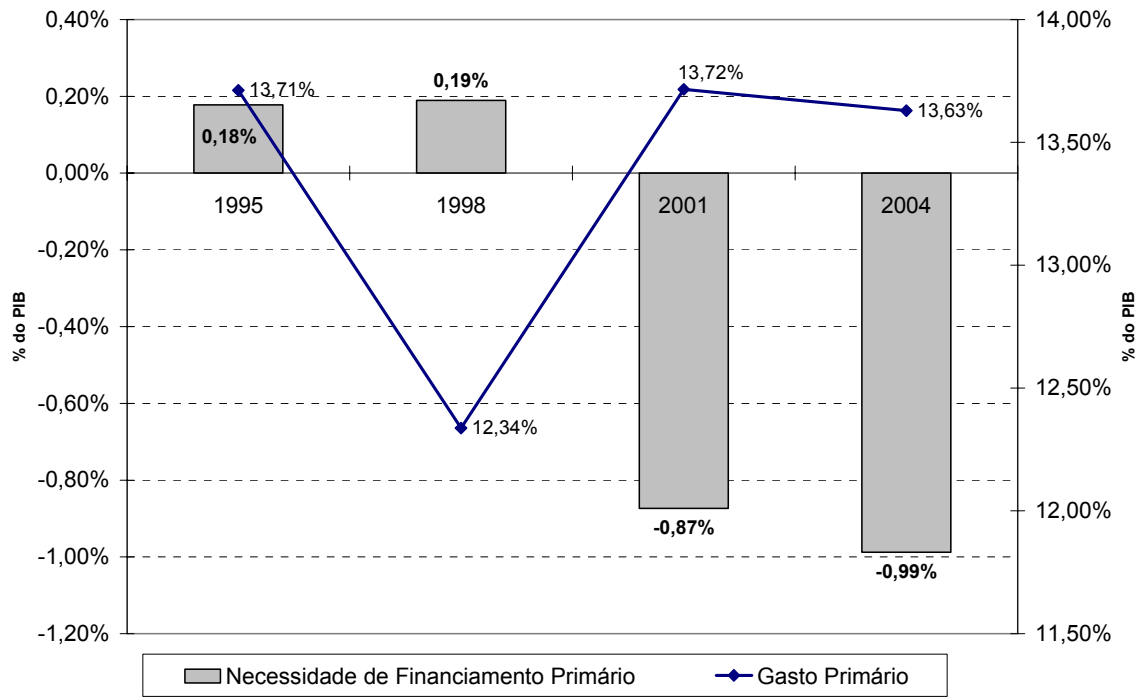
O resultado do indicador proposto encontra-se no gráfico 14. Os governos estaduais e municipais passaram de déficit primário da ordem de 0,2% do PIB para superávit primário de 1,0%, em 2004. No entanto, a geração do superávit não está associada à queda dos gastos públicos, visto que este manteve-se em cerca de 13,7% do PIB.

Os indicadores fiscais de Estados e Municípios vistos de forma agregada permitem concluir que o crescimento da carga tributária dessas esferas não foi acompanhado de ajuste nos gastos.

A proposta da FIESP de redução dos gastos da União pode também ser considerada pelas outras esferas do governo e, dessa forma, ampliar os benefícios econômicos e fiscais já comentados.

Gráfico 14 – Necessidade de Financiamento Primário e Gastos Primários de Estados e Municípios: 1995, 1998, 2001 e 2004

⁶ Série divulgado pelo Boletim do Banco Central.



Fonte: Banco Central, Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração própria (FIESP).

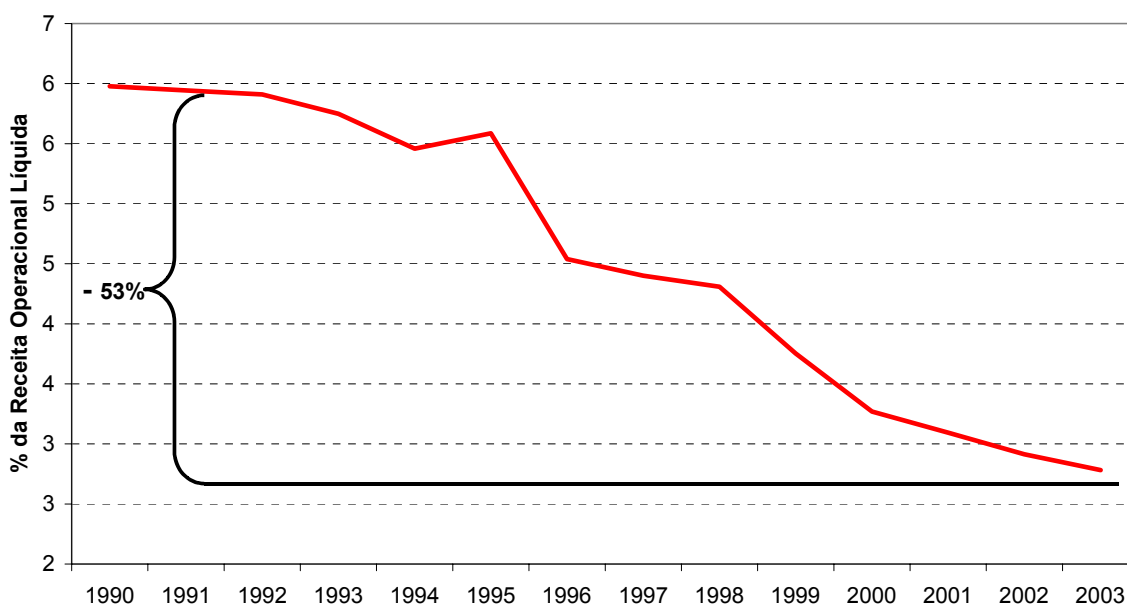
Apêndice VIII

Evolução da Produtividade no Setor Privado: um exemplo ao Setor Público

A abertura da economia nos anos 90 expôs a indústria brasileira à concorrência internacional e obrigou as empresas a gerar ganhos de eficiência de toda ordem. A adoção de técnicas de gestão como 5 S's, qualidade total, *just in time*, reengenharia e toda a sorte de inovações gerenciais caracterizou a década de 90.

O gráfico 15 mostra que os gastos com o salário de pessoal não ligado à produção diminuiu substancialmente. Isto é, a relação entre salários gastos com pessoal não ligado à produção e receita operacional líquida passou de 6%, em 1990, para 2,7%, em 2003, uma redução de mais de 53%, no período.

Gráfico 15 – Evolução do Salário do Pessoal não ligado a Produção (% da Receita Operacional Líquida): 1990 a 2003

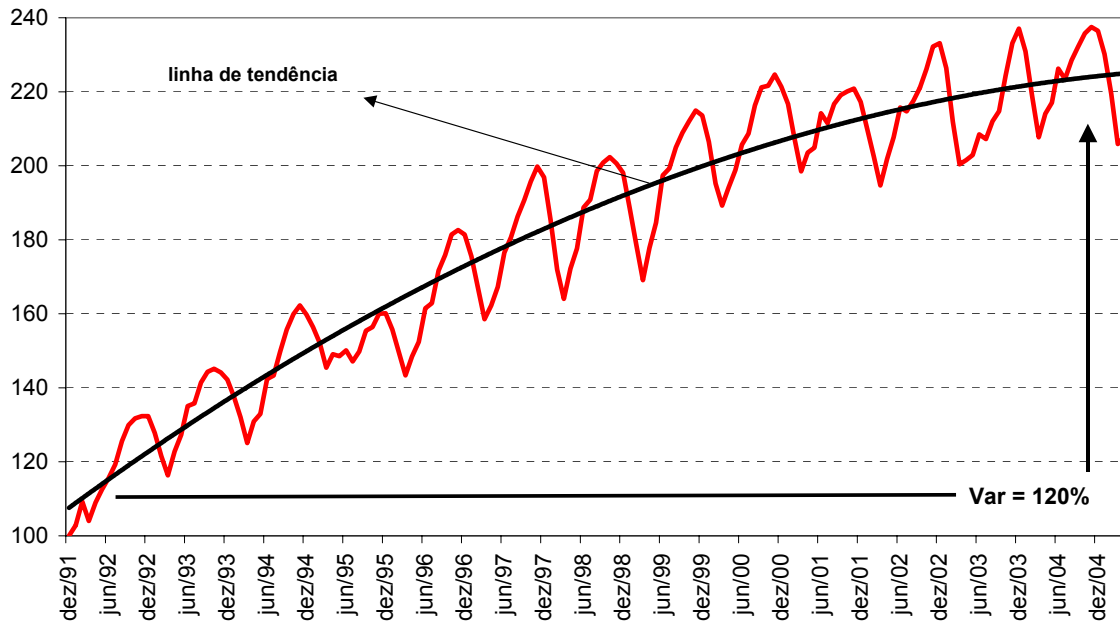


Fonte: IBGE. Elaboração: FIESP

O gráfico 16 demonstra o aumento da produtividade física da mão-de-obra na indústria e sua linha de tendência. De 1990 a 2003, os ganhos de produtividade foram da ordem de 120%. Ajustes deste tipo são muito conhecidos no setor privado, mas não se conhece registros de ganhos desta magnitude no setor público.

É preciso incorporar todo este progresso técnico-gerencial às ações do governo, de forma a aumentar sua eficiência e obter mais serviços públicos utilizando menos recursos.

Gráfico 16 – Evolução da Produção Física por Trabalhador da Indústria: 1991 a 2004



Fonte: IBGE. Elaboração: FIESP



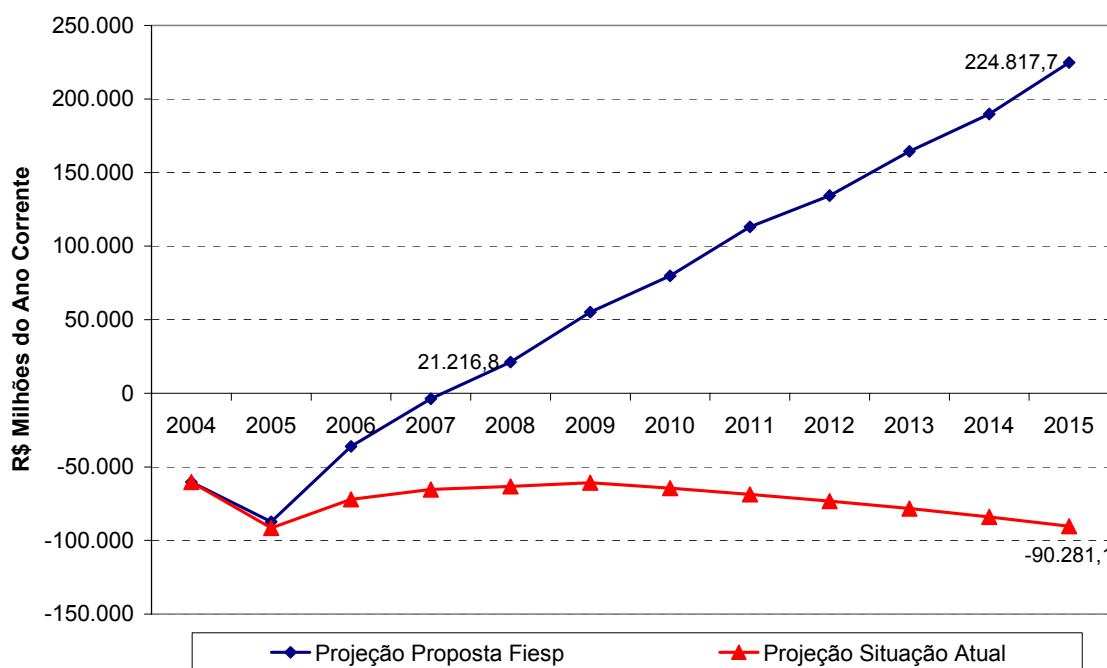
Apêndice VII Proposta da FIESP e a Obtenção de Superávit Nominal

Com o objetivo de projetar o resultado nominal das contas públicas, supondo a aplicação da proposta das FIESP e a permanência da dinâmica do período recente, considerou-se aqui a ocorrência de taxas de inflação declinantes a partir de 2004 (7,6%) até (4,0%) e, a partir de então, inflação de 3,5% até 2015.

Em seguida, foram obtidos os pagamentos de juros nominais a partir da atualização monetária da dívida e dos pagamentos de juros reais. Confrontando-se os resultados primários com os juros nominais do período analisado, pode-se obter o resultado nominal descrito no gráfico 16. Cabe notar que os valores constantes no gráfico estão denominados em moeda corrente (R\$) do ano vigente.

Pela proposta da FIESP, em 2008 é possível gerar superávits nominais crescentes das contas públicas. A permanecer a atual dinâmica, o superávit nominal não seria observado.

Gráfico 16 – Projeção do Resultado Nominal na Proposta da FIESP e Manutenção da Dinâmica Atual: 2004 a 2015



Fonte: Banco Central (dados de 2004). Projeção: FIESP